

Consultores já percebem recuo da economia

Queda deve durar mais três meses, mas governo e assalariados definirão o tamanho da descida

DENISE NEUMANN

O ritmo de atividade da economia brasileira está caindo e vai continuar em queda nos próximos seis meses. As taxas do segundo semestre deste ano provavelmente serão negativas em comparação ao mesmo período do ano passado, confirmando que a economia entrou na rota da recessão. A dúvida de economistas, empresários e consultores é por quanto tempo o País andará por este caminho. O Brasil pode mudar de rota e retomar o crescimento ou, mais uma vez, bater no fundo do poço.

Para os economistas, o objetivo do governo com a desaceleração é corrigir o déficit da balança comercial, que soma aproximadamente US\$ 4,4 bilhões este ano. Para criar superávits, o governo possuía duas opções: promover uma grande desvalorização cambial para encarecer as importações e estimular as exportações ou desaquecer a economia, reduzindo a demanda por produtos importados e fazendo sobrar bens para o mercado externo. A possibilidade de manter maior controle sobre a inflação fez o governo optar pelo desaquecimento.

O tamanho da queda da atividade econômica é uma conta que poucos se arriscam a efetuar. Dois atores, contudo, possuem o poder de definir o tamanho desta descida: o governo e os assalariados. O governo detém a maior fatia deste poder porque pode definir-se por maior ou menor taxa de juros e maior ou menor disponibilidade de crédito na economia.

Os assalariados, por sua vez, não possuem capacidade de provocar, sozinhos, uma reativação do consumo, mas podem dar um susto no caminho inverso. O consultor José Augusto Savasini, da Rosenberg & Associados, vê nos três meses consecutivos de captação da poupança (abril a junho deste ano) um reflexo da "síndrome do desemprego". Temorosos com a possibilidade de perder o emprego, os trabalhadores começam a restringir gastos e poupar. O ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, teme a mesma reação. "Diante da percepção do risco do desemprego, aumenta a propensão a poupar e reduz-se a confiança para assumir novas dívidas", analisa o sócio da MCM Consultores. Ele lembra que este fenômeno marcou o final de outros planos econômicos.

O presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Juarez Rizzieri, avalia que os salários se transformaram em um nova âncora do Plano Real com a livre negociação instituída pela medida provisória. "A desindexação será feita com custos e um deles é a queda do salário real", pondera Rizzieri. O economista Celso Luiz Martone, da Universidade de São Paulo (USP), também acredita que nos próximos 12 meses ocorrerá queda do salário real, contribuindo para a contenção da demanda.

Savasini diz que a economia já entrou em queda e esta situação não será revertida nos próximos três meses mesmo que o governo tome medidas para reverter alguns dos compulsórios em vigor. A Rosenberg & Associados estima que o último trimestre deste ano será negativo em comparação com 1994. Ele não caracteriza essa situação como recessão.

Nas projeções da consultoria, o PIB cresce 4% este ano, taxa que deve repetir-se em 1996. O crescimento do próximo ano, contudo, não será puxado pela demanda dos consumidores, mas pelo aumento dos investimentos privados, observa Savasini.

Na MCM as projeções também são de crescimento de 5,4% do PIB em 1995 e entre 4% e 5% em 1996. "As taxas serão positivas, por isso é um equívoco falar em recessão", afirma Mailson. Para ele, a "chiadeira" é decorrente de um nível de atividade inferior ao planejado. Para Mailson, o governo escolheu a desaceleração porque é um caminho mais "poderoso para reverter o saldo negativo da balança comercial do que uma desvalorização do câmbio". Caso o governo optasse por uma desvalorização do câmbio estaria colocando o plano em risco.

Para Mailson e Savasini, o Brasil não chegará a recessão porque o governo detém os instrumentos para controlar o tamanho da queda.



Roberta Dabdab/AE

Objetivo era: corrigir o déficit da balança comercial

ANO 2
BRASIL REAL
QUEDA DO
SALÁRIO REAL É
O CUSTO DA
DESINDEXAÇÃO

AS PISTAS DA DESACELERAÇÃO

- As vendas nos supermercados cresceram 27% no acumulado entre janeiro e maio, mas a expectativa do setor é fechar o ano com crescimento de 12%;
- As vendas de produtos de higiene pessoal e perfumaria cresceram 16% (em volume) no ano passado e para este ano o setor prevê um novo crescimento de 10%;
- O PIB brasileiro cresceu 10,5% no primeiro trimestre deste ano em comparação com os mesmos meses de 1994; a previsão do IBGE é encerrar o ano com um expressivo crescimento de 6% do PIB;
- O setor de embalagens, depois de queda nos meses de maio e junho, começou a apresentar sinais de recuperação no final de junho, com aumento dos pedidos para produtos populares;
- A captação da caderneta de poupança ficou positiva em R\$ 2 bilhões nos meses de abril e maio; antes, os saques eram superiores aos depósitos; Algumas empresas começaram a rever os planos de exportação e estão novamente retomando contratos de vendas no Exterior

AS PISTAS DA RECESSÃO

- Segundo dados da Centralização de Serviços dos Bancos (Serasa), as concordatas cresceram 418% em relação ao mesmo período do ano passado e 119% sobre o mês de abril;
- Os bancos percebem aumento na inadimplência: só no Bradesco, os créditos em atraso pularam de 1,7% em junho de 1994, para 5,98% em maio deste ano: mais de 5% do total de empréstimos concedidos não foram liquidados. No Banco de Boston, esse percentual subiu de 0,50% para 1,50% desde a entrada em vigor do Real;
- Os estoques estão crescendo tanto no comércio como na indústria; no setor automobilístico, os estoques da indústria e da revenda já somavam 200 mil unidades, equivalente a aproximadamente 45 dias de produção;
- No mês de julho, mais de 15.000 metalúrgicos do ABC entraram em férias coletivas; a paralisação, inédita nesta época do ano, atinge montadoras de veículos, autopeças e fabricantes de eletrodomésticos;
- Situação ainda não está resolvida no México e Argentina; no México, a queda do salário real é de 30% e 30 grandes empresas não devem honrar os compromissos assumidos no exterior com lançamento de bônus; a Argentina não deve cumprir as metas acertadas com o FMI; essa crise pode ter reflexos negativos para a visão dos investidores sobre o Brasil;
- O governo não caminhou nada na solução dos problemas fiscais; a arrecadação da Federal nos cinco primeiros meses deste ano cresceu 41,3%, e as receitas tributárias passaram a representar, este ano, 29% do PIB; o problema é que as despesas também cresceram e o País deve encerrar o ano com déficit fiscal;
- Depois de oito meses de crescimento, o emprego industrial caiu por dois consecutivos;
- A balança comercial ainda não deu sinais de recuperação;
- Nenhuma alternativa para a queda da renda na agricultura; preços agrícolas podem subir nos meses de setembro e outubro.